

1	<p>No parágrafo 18 afirma-se que María Paz foi levada à Penitenciária de Mulheres da capital de Juvenlândia “alguns días depois” de 10 de agosto de 2002 e no parágrafo 23 se acrescenta que foi libertada, havendo uma única referencia a respeito no sentido de que em 5 de fevereiro de 2004 estava em liberdade (parágrafo 24). Quais foram as datas exatas da detenção e da soltura?</p> <p>No momento em que a Embaixada de Juvenlândia foi indagada sobre María Paz e Felicitas (parágrafo 29), María Paz encontrava-se detida?</p> <p>Considerando que María Paz obteve livramento imediato (parágrafo 23) e que quando da abertura do processo por homicídio continuava a tramitar em fase de instrução o processo por aborto (parágrafo 27), quais foram as bases legais para recolher María Paz à Penitenciária de Mulheres pela primeira vez (parágrafo 18) e mantê-la detida por mais de um ano (parágrafo 24)?</p>	<p>Foi detida no dia 14 de agosto de 2002 e libertada no dia 10 de maio de 2003.</p> <p>A libertação foi “imediata” após ter sido dada entrada ao pedido (parágrafo 23).</p>
2	<p>No parágrafo 20 há uma referência à assinatura da documentação de adoção do filho de Felicitas num escritório. O escritório está localizado dentro ou fora da suposta clínica? O homem junto ao qual os documentos foram firmados é funcionario público?</p>	<p>O escritório ficava fora da clínica. São desconhecidas as qualificações do homem junto ao qual foram firmados os documentos.</p>
3	<p>No parágrafo 29, a mãe de María Paz e o namorado de Felicitas realizam consulta junto à Embaixada de Juvenlândia em Pobrelandia sobre a situação das meninas. Alí são informados de que não contam com o registro de entrada de ambas. Esta situação ocorreu antes ou depois da detenção de María Paz mencionada no parágrafo 18?</p>	
	<p>O Estado de Juvenlândia adota o critério do “jus solis” ou “jus sanguinis” para definir sua</p>	<p><i>Jus solis</i></p>

	<p>cidadania?</p> <p>Nos termos da legislação de Juvenlândia, qual é o regime de nacionalidade do país (jus sanguinis ou jus solis), ou seja, qual é a nacionalidade do filho de Felicitas; e qual é o procedimento de conformidade com a legislação de Juvenlândia para que uma menor estrangeira entregue esse filho para adoção?</p>	
5	Qual(ais) o(s) nome(s) que consta(m) como genitor(es) no processo de adoção do filho de Felicitas Unzué?	Só consta a mãe: Felicitas Unzué
6	O aborto de fetos anencéfalos é legal ou ilegal no país?	O Código Penal não aborda especificamente a

Qual é o procedimento e quais são os requisitos a serem cumpridos para que se realize uma adoção no Estado de Juvenlândia?

ambiental, psíquico e físico, sobre antecedentes policiais e de reincidência, etc.) para determinar a idoneidade dos tutores com vistas à adoção. Eles devem demonstrar sua aptidão e atitude para se desempenharem como pais desse menino ou menina através de testemunhas, manifestando também sua disposição de serem tutores pré-adoptivos. Posteriormente, deverão assumir o compromisso de que irão desempenhar o papel de conformidade com a lei.

O Código Civil de Juvenlândia determina que passados pelo menos seis meses os tutores ficam obrigados a iniciar a adoção legal; se não o fizerem perderão a tutela pré-adoptiva. O processo de adoção é semelhante ao da tutela pré-adoptiva embora os pais biológicos não participem dos trâmites. Os adotantes se comprometem a informar a criança sobre a realidade biológica. Com a sentença de adoção muda-se o sobrenome.

	nem mesmo capaz de sobreviver a uma gravidez devido a estupro)?	por um médico diplomado com o consentimento da mulher grávida não é punível quando efetuado para evitar um perigo para a vida da mãe e se tal perigo não puder ser evitado por outros meios; ou então quando a gravidez tiver se originado num atentado ao pudor cometido contra uma mulher incapaz por motivos de saúde mental. Nesse caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para a realização do aborto.
14	Quanto à lei de adoção: Em Juvenlândia até que idade a pessoa que entrega uma criança deve ter os respectivos documentos de adoção/custódia pré-adoativa firmados por seu guardião legal?	18 anos.
15	Quanto ao processo por aborto: María pôde exercer o direito de ser ouvida na fase de instrução processo (conforme o disposto no Art. 8 parágrafo 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)?	Sim. Mencionou-se então que a gravidez era resultado de estupro.
16	O parágrafo 17 do caso hipotético afirma que "Numa ocasião, funcionários públicos visitaram o lugar." Essa visita deve ser considerada como tendo sido uma batida num quadro de investigação?	
17	Em que data ocorreu a n4 1 194.48 1 0 0 1JTJETQQ E	

	<p>aborto de fetos anencefálicos e de gravidez decorrente de estupro? Em caso negativo, María Paz alegou que havia sido estuprada ao ser indiciada por aborto?</p>	<p>gravidez tiver se originado num atentado ao pudor cometido contra uma mulher incapaz por motivos de saúde mental. Nesse caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para a realização do aborto.</p> <p>A legislação nada menciona sobre o aborto de fetos anencefálicos. Interpreta-se com base na autorização relativa ao “risco para a saúde” da mãe. O Código Penal contém também a atenuante legal em caso de violação-estupro.</p> <p>María Paz alegou mas a posição manifestada pelo promotor era de que para que se aplique a atenuante é necessário que a violação seja provada em juízo com sentença transitada em julgado.</p>
21	<p>Quantos casos de tráfico de pessoas semelhantes aos de Felicitas Unzué e María Paz Richardson existem no Estado de Juvenilândia?</p>	<p>Não há condenações pelo delito de tráfico de pessoas. Informações oficiais indicam que há 100 processos em andamento.</p> <p>Dados extra-oficiais mencionam milhares de casos e a existência rotas precisas pelas quais circulam milhares de pessoas adultas e menores. Há documentários e outros programas jornalísticos de investigação que abordam esse problema.</p>
22	<p>Qual é a idade mínima em que se pode considerar que um menor infringiu legislação penal ou criminal no Estado de Juvenilândia?</p> <hr/> <p>Em Juvenilândia, a partir de que idade pode-se atribuir condutas passíveis de punição a pessoas menores de 18 anos?</p>	<p>16 anos</p>
23	<p>Qual é o prazo legal máximo da etapa de instrução num processo penal como no caso de María Paz em Juvenilândia?</p>	<p>A duração máxima da instrução não está estabelecida no Código Penal. A prisão cautelar pode durar dois anos e se estender por mais dois anos em casos excepcionais.</p>
24	<p>Qual é o procedimento legal e seus prazos para uma adoção em Juvenilândia, considerando-se o antecedente da tutela de fato?</p>	<p>Ver respostas 8 e 19. Embora não esteja legalmente regulada em Juvenilândia, a tutela de fato é às vezes transformada em tutela pré-adoptiva com fins de adoção. Depois de rszvW0 G(transf)-3(o)-8001 ref32</p>

	referem a esse tratado como tendo sido firmado em 21 de dezembro de 1965, com entrada em vigor em 1969. Confirmem por favor se estamos falando do mesmo documento.	
32	A autorização para viajar, que Felicitas recebeu de seus pais, no parágrafo 8º do caso hipotético, consistiu em algum documento escrito?	Não, apenas um intercâmbio verbal.
33	A Legislação interna de Juvenlândia permite a prática de aborto no caso de fetos anencefálicos?	Não o menciona expressamente. A autorização é em caso de "risco para a saúde". Ver respostas anteriores sobre o tema em 10, 15 20 e afins.
34	Há conhecimento quanto a se o Estado de Juvenlândia estabeleceu as Responsabilidade Penais, Civis Administrativas e Disciplinares aplicáveis pelas diferentes participações de "Pirucha" (senhora juvenlana que fez a proposta às mulheres), Porota (que viajou com elas), os Funcionários de Alfândega e Imigração (que permitiram a entrada das menores ao país), "Chocha" (suposta administradora do prostíbulo) e do funcionário que fez com que fossem assinados os documentos de adoção do filho de Felicitas?	Nenhum processo foi iniciado contra os que são mencionados – nem administrativo nem judicial.
35	São conhecidas as razões pelas quais, ante a intervenção da Comissão, os representantes das vítimas não chegaram à solução amistosa proposta pelo Estado de Juvenlândia?	Não.
36	O Estado de Juvenlândia reconhece a jurisdição ilimitada da Corte Interamericano de Direitos Humanos?	Juvenlândia aceitou a competência da Corte Interamericana em 10 de dezembro de 1987 sem limitações.

37 Em que termos se permite a prática do aborto na república de Juvenlândia e quais são os requisitos para configurar tais situações, já que no fato 27 fica estabelecido que o processo por aborto continuava em andamento por não haver condenação passada em julgado contra o perpetrador?

	ficou reclusa com outras meninas ou ficou misturada com mulheres adultas?	
39	Tendo em vista que os bordéis são legais e regulados em Juvenlândia, a visita dos funcionários ao bordel mencionada no parágrafo 17 foi para investigar o cumprimento pelo estabelecimento das leis e regulamentações da legislação de Juvenlândia? Qual era a função dos funcionários públicos que visitaram o bordel?	Sim.
40	No que se refere ao parágrafo 34, considerando-se a informação vaga que Felicitas forneceu a Lucio, como foi que o Promotor Público chegou a emitir um mandado de busca e apreensão para aquele bordel específico?	Graças aos trabalhos anteriores de inteligência policial que foram cruzados com a informação fornecida por Lucio.
41	Que tipo de documentos são exigidos para se poder ingressar no Estado de Juvenlândia? Esses documentos variam em se tratando de menores de idade?	Exige-se um documento ou carteira de identidade (não se requer passaporte por ser país limítrofe). Além disso, os menores precisam de autorização expressa de seus pais outorgada perante um funcionário público ou escrivão-tabelião.
42	Existe algum controle ou participação direta do Estado de Juvenlândia na outorga das tutelas pré-adoptivas?	A tutela pré-adoptiva é outorgada por um juiz.
43	Quando as autoridades de Juvenlândia iniciaram o primeiro processo judicial contra María Paz, que resultou em seu traslado ao presídio de mulheres da capital (parágrafo 18), iniciou-se também uma investigação sobre o tráfico de pessoas da qual ela era vítima?	Não houve nenhuma denúncia por tráfico de pessoas nem foram iniciados quaisquer procedimentos legais.
44	Existe uma norma em Juvenlândia que permita a reclusão de menores em centros penitenciários?	O artigo 322 da Lei de Justiça Juvenil de Juvenlândia o permite em caráter excepcional desde que estejam separados de adultos em setores claramente diferenciados e sem contato nem comunicação entre esses lugares.

	aparentes eram as lesões e se as mulheres forneceram alguma informação a respeito.	(No texto sobre o caso pode se ler: " Os funcionarios não perguntaram nada").
53	O Estado exerce controle e vigilância sobre as " tutelas de fato" pré-adoptivas, incluindo o funcionamento de escritórios e pessoas a cargo das mesmas, como o caso do " senhor que lhes fez firmar os papéis" a que se refere o parágrafo 20 do Caso Hipotético?	As tutelas de fato não são legalmente regulamentadas em Juvenlândia As tutelas pré-adoptivas são declaradas judicialmente Ver respostas em 8, 11 e afins.

54 Quantas pessoas estão sendo processadas em consequência das investigações (se é que existem), sobre tráfico de pessoas derivadas da descoberta acidental mencionada no parágrafo 55 do Caso Hipotético?

Houve algum processo penal de investigação contra os responsáveis como, por exemplo, " Pirucha" e " Porota" ?

